

PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS DA UNIÃO

Evolução das Despesas no Período Recente

Maio de 2005

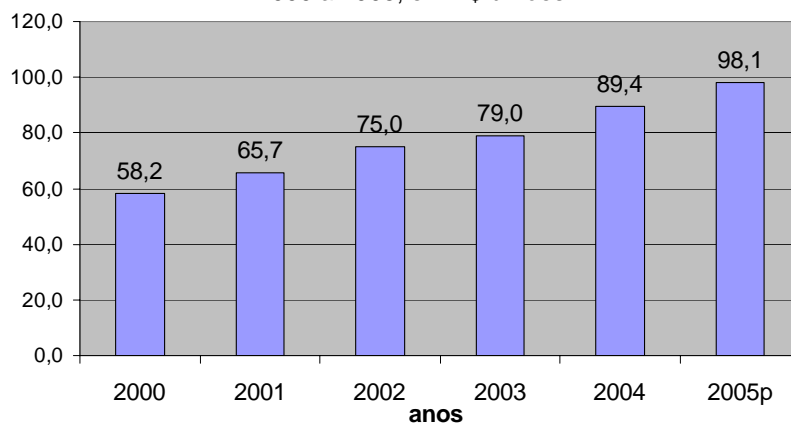
As despesas de pessoal são, junto com as despesas da previdência social, os maiores itens de gastos primários realizados pela União. Ao contrário das despesas da previdência social, as de pessoal têm um caráter mais discricionário, refletindo um conjunto de políticas voltadas a valorizar o servidor público, sem prejuízo do equilíbrio fiscal. As despesas de pessoal e encargos sociais da União a preços constantes vêm se mantendo estáveis desde 2003, em torno de 5% do PIB. O número de funcionários ativos na Administração Direta civil do Poder Executivo aumentou em aproximadamente 640 pessoas entre começo de 2002 e final de 2004. Houve, por outro lado, aumento de 20.000 soldados incorporados às forças armadas, e de 36.000 servidores nas fundações, explicado principalmente pela correção cadastral da situação de servidores cedidos a municipalidades para atuar no SUS, reintegração de pessoal, em caráter temporário, para combate a endemias, nos termos do art. 23, da Lei nº 10.667/2003, e substituição de trabalho terceirizado na Funasa. Registra-se, ainda um pequeno aumento no número líquido de funcionários ativos nas autarquias, compensado em parte pela diminuição do número de funcionários nas empresas públicas. O número de inativos e pensionistas continua crescendo, em um processo que deve se acelerar nos próximos anos em vista da idade relativamente avançada do funcionalismo federal, o que também explica porque a incorporação no serviço público de 25.000 concursados nos dois últimos anos não se traduziu em aumento do número de funcionários ativos. Finalmente, desde 2001, houve uma diminuição no número total de cargos comissionados, apesar do aumento de 6% no número de cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior (DAS) ocupados.

A) Variação das despesas de pessoal e encargos agregada 2000-2005

Em valores correntes, observa-se um crescimento de R\$ 23 bilhões entre a despesa de pessoal e encargos em 2002 e a projeção correspondente para 2005. Este crescimento nominal não indica descontrole nesta rubrica do orçamento, mas um esforço para adequar a remuneração da grande maioria dos servidores públicos, valorizando estes servidores, sem prejuízo da manutenção de uma postura fiscal que diminua os riscos do País.

Despesas de Pessoal e Encargos da União

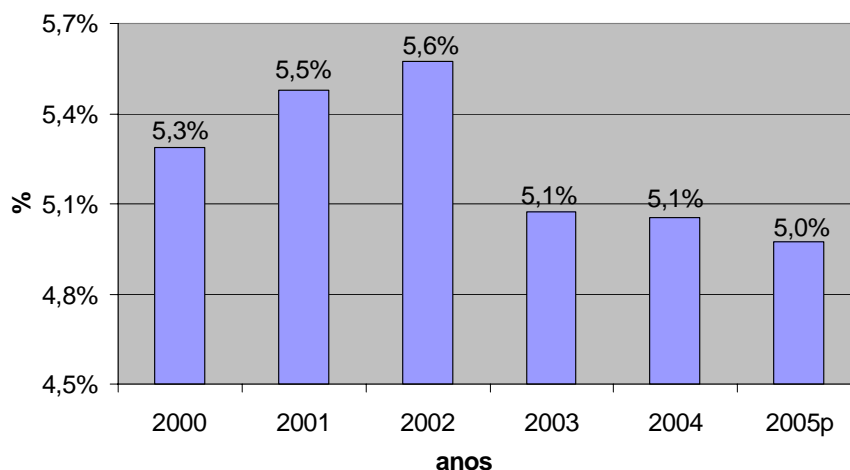
2000 a 2005, em R\$ bilhões



De fato, nos últimos cinco anos, a despesa com pessoal dos três poderes da União, incluindo ativos e inativos, civis e militares tem oscilado em torno de 5% do PIB. No entanto, é importante notar que, assim como no caso da despesa total e da receita administrada pela Secretaria da Receita Federal (SRF), há uma clara quebra de tendência a partir de 2002, com a estabilização do gasto como proporção do PIB em 2003, 2004 e 2005 em patamares inferiores àqueles de 2002.

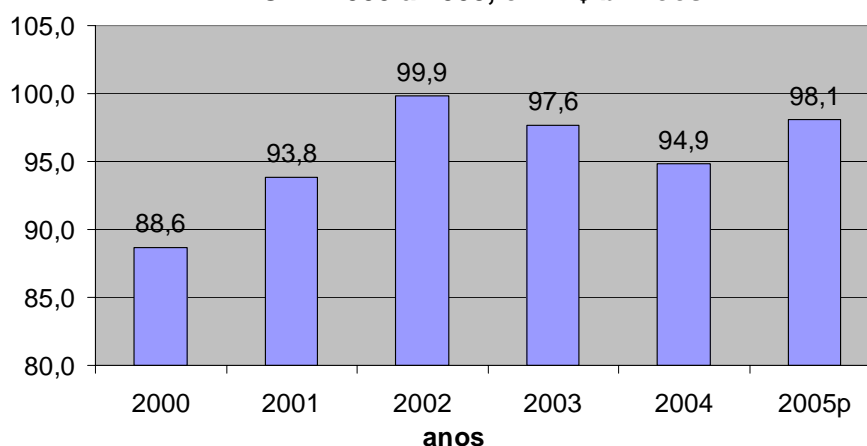
Despesas de Pessoal e Encargos da União

2002 a 2005, em % do PIB



Independente da aceleração do crescimento do PIB em 2004, as despesas de pessoal têm se mantido estáveis a preços constantes. A despesa tem apresentado pequenas flutuações na faixa dos R\$ 95 a R\$ 100 bilhões a preços de 2005, ainda que em patamares superiores aos valores de 2000, em virtude de, entre outros fatores, uma série de decisões judiciais proporcionando revisões retroativas de certos vencimentos.¹

Despesas de Pessoal da União Inflacionadas pelo IPCA - 2000 a 2005, em R\$ bilhões



¹ Pela ótica do pagamento efetivo, as despesas totalizaram: 2002 - R\$ 74,1 bilhões (5,50% do PIB); 2003 = R\$ 78,8 bilhões (5,07% do PIB); 2004 = R\$ 88,5 bilhões (5,00% do PIB) e previsão em 2005 = R\$ 91,3 bilhões (4,66% do PIB) – de acordo com o Decreto nº 5.379/2005. A diferença entre os valores apurados segundo as duas óticas refere-se, basicamente, às ordens bancárias (OB) emitidas no último dia do exercício: no pagamento efetivo a ótica é de caixa, portanto, considera apenas as OB sacadas à Conta Única, as que foram apenas emitidas no último dia impactam o caixa do Tesouro Nacional no primeiro dia do ano subsequente. Estas OB, porém, são consideradas no ano de competência quando da apuração pelo empenho liquidado.

A despesa de pessoal da União está bem abaixo dos tetos previstos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O Demonstrativo Consolidado da Despesa com Pessoal do Relatório de Gestão Fiscal (estabelecido pelo art. 55, inciso I, alínea “a” da LRF) mostra que de 2002 a 2004 houve decréscimo da relação entre as despesas líquidas com pessoal e a Receita Corrente Líquida (RCL), que passou de 31,88%, para 31,22% e 30,25%, respectivamente. Com relação à despesa bruta com pessoal estes valores também tiveram trajetória decrescente, passando de 37,16%, da RCL em 2002, para 35,11%, em 2003, e 33,83%, em 2004.

Despesa com Pessoal	2002	2003	2004
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (I = I.1 + I.2 - I.3)	64.284.157	70.153.214	79.944.612
Pessoal Ativo (I.1)	44.516.047	45.362.078	51.985.025
Pessoal Inativo e Pensionista (I.2)	30.417.373	33.552.030	37.431.233
Despesas não computadas (art. 19, § 1º da LRF) (I.3 = I.3.1+2+3+4)	10.649.263	8.760.894	9.471.646
(-) indenizações por demissão e incentivos à demissão voluntária (I.3.1)	101.377	10.695	12.546
(-) decorrentes de decisão judicial (I.3.2)	3.294.234	3.353.841	3.918.212
(-) despesas de exercícios anteriores (I.3.3)	3.984.352	3.719.790	3.596.343
(-) Inativos com recursos vinculados (I.3.4)	3.269.300	1.676.568	1.944.545
OUTRAS DESPESAS PESSOAL CONTRATOS TERCEIRIZAÇÃO (art.18 § 1º LRF) (II)	95.618	60.640	15.308
TOTAL DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL III = (I+II)	64.379.775	70.213.854	79.959.920
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL - IV	201.927.320	224.920.164	264.352.998
% DESPESA LÍQUIDA PESSOAL SOBRE A RCL - III / IV * 100	31,88	31,22	30,25
LIMITE LEGAL - 50%	100.963.660	112.460.082	132.176.499
LIMITE PRUDENCIAL - 47,5%	95.915.477	106.837.078	125.567.674
TOTAL DESPESA BRUTA COM PESSOAL E ENCARGOS	75.029.038	78.974.748	89.431.566
% DESPESA BRUTA PESSOAL SOBRE A RCL	37,16	35,11	33,83

O Demonstrativo de Gestão Fiscal mostra uma redução nas despesas: (i) com pagamento de contratos terceirizados, que passou de R\$ 95 milhões, em 2002, para R\$ 15 milhões, em 2004; (ii) com incentivo às demissões voluntárias; e (iii) com inativos com recursos vinculados, o que corrobora a política de pessoal de substituição dos contratados terceirizados por pessoal concursado.

O acréscimo nominal nas despesas apontado no Demonstrativo deve-se principalmente às reestruturações da remuneração de carreiras civis e militares na esfera federal, inclusive aumento e criação de gratificações de incentivo, assim como o efeito de algumas leis passadas em 2002. Em particular, a Lei nº 10.633, de 2002, que instituiu o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), e a Lei nº 10.559 também de 2002, que concedeu indenização remuneratória aos anistiados políticos, continuam tendo impacto permanente na despesa com pessoal. Por outro lado, a Lei nº 10.887, de 2004, decorrente da reforma da previdência do servidor público federal implicou no aumento da alíquota da contribuição patronal para o custeio deste regime.

Continua havendo gradual diminuição do número de servidores ativos como proporção da população geral (salvo pelo efeito da variação do contingente do serviço militar em 2002, explicado a seguir). Por outro lado, o peso dos inativos e pensionistas não diminuiu, mantendo-se o número destes beneficiários estável como proporção da população geral.

Descrição	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
População estimada (mil)	158.874	161.323	163.779	166.252	168.753	171.279	173.821	176.391	178.985	181.586
% Servidores Ativos/População	0,72	0,70	0,67	0,63	0,63	0,63	0,62	0,58	0,60	0,61
% Servidores Inativos/População	0,55	0,57	0,57	0,58	0,58	0,58	0,57	0,57	0,57	0,58
% Servidores/População	1,27	1,27	1,24	1,21	1,22	1,21	1,19	1,15	1,17	1,18

B) Evolução do quantitativo de pessoal por Poderes

Comparando-se dezembro de 2004 com janeiro de 2002, observa-se que o total de servidores federais em 2002 era de 2.045.306, chegando a 2.150.822 ao final de 2004, ou seja, 105.516 servidores a mais (5,16%) entre ativos, inativos e pensionistas em um período de 36 meses. A decomposição desta evolução dentro de cada Poder tem as seguintes características:

- Aumento líquido de 640 funcionários ativos na administração direta;
- Aumento líquido de 3.321 funcionários ativos nas autarquias;
- Aumento líquido de 36.560 funcionários ativos nas fundações, dos quais aproximadamente 28.000 relativos à Funasa, em decorrência da realização de correção cadastral da situação de servidores ativos cedidos aos estados e municípios para trabalharem no SUS - “mata mosquitos” em número próximo a 5.000, e a substituição de empregados com contratos provisórios na própria fundação;
- Diminuição líquida de 9.253 funcionários ativos em empresas públicas, em parte por modificações no tratamento destas empresas com vistas ao Orçamento;
- Aumento líquido de 20.046 militares ativos, em sua quase totalidade recrutados no serviço militar vinculados ao programa “Soldado Cidadão”;
- Aumento líquido de 2.154 funcionários ativos no Ministério Público Federal;
- Aumento líquido de 4.762 funcionários ativos nos Poderes Legislativo e Judiciário

Considerando-se as reincorporações, aposentadorias e demais movimentações dentro de cada Poder, houve um aumento de 55.346 servidores ativos, 9.159 aposentados e 41.011 instituidores de pensão. Incluindo aposentados e pensionistas, o Poder Executivo apresentou crescimento total de 93.088, o Ministério Público, 2.670; o Poder Legislativo, 3.816; e o Poder Judiciário, 3.076.

Destacam-se em cada grupo de servidores os seguintes aspectos:

Militares – Em setembro de 2002, cerca de 45.000 recrutados foram desincorporados, no momento em que foram revistos os limites financeiros dos Ministérios. Este contingente foi recomposto em maio de 2003 e ampliado em 2004 no âmbito do programa Soldado-Cidadão.

**Evolução do quantitativo de pessoal da União por Poderes
Brasil, 2002 – 2004**

PODER	SITUAÇÃO	Jan. 2002	Dez. 2002	Dez. 2003	Dez. 2004	Variação Jan/02 a Dez/04	Variação % Jan/02 a Dez/04
EXECUTIVO	ATIVOS	830.560	809.865	856.306	884.091	53.531	6,05
	APOSENTADOS	518.896	516.192	522.399	521.592	2.696	0,52
	INST.PENSÃO	386.986	396.143	406.551	423.847	36.861	8,70
	TOTAL	1.736.442	1.722.200	1.785.256	1.829.530	93.088	5,09
	Var.Anual		-14.242	63.056	44.274		
	Var. acumulada		-14.242	48.814	93.088		
CIVIS	ATIVOS	504.592	530.552	534.462	538.077	33.485	6,22
	APOSENTADOS	389.509	386.391	392.005	390.651	1.142	0,29
	INST.PENSÃO	215.942	222.180	229.408	241.727	25.785	10,67
	TOTAL	1.110.043	1.139.123	1.155.875	1.170.455	60.412	5,16
	Var.Anual		29.080	16.752	14.580		
	Var. acumulada		29.080	45.832	60.412		
ADM.DIRETA	ATIVOS	202.469	200.191	197.611	203.109	640	0,32
	APOSENTADOS	220.322	232.236	232.081	231.101	10.779	4,66
	INST.PENSÃO	157.649	174.208	179.022	188.748	31.099	16,48
	TOTAL	580.440	606.635	608.714	622.958	42.518	6,83
	Var.Anual		26.195	2.079	14.244		
	Var. acumulada		26.195	28.274	42.518		
AUTARQUIAS	ATIVOS	193.016	192.142	190.457	196.337	3.321	1,69
	APOSENTADOS	132.188	116.682	120.578	119.907	-12.281	-10,24
	INST.PENSÃO	45.845	34.862	36.475	38.293	-7.552	-19,72
	TOTAL	371.049	343.686	347.510	354.537	-16.512	-4,66
	Var.Anual		-27.363	3.824	7.027	7.027	
	Var. acumulada		-27.363	-23.539	-16.512	-16.512	
FUNDAÇÕES	ATIVOS	63.132	93.298	97.982	99.692	36.560	36,67
	APOSENTADOS	32.821	33.342	34.598	34.802	1.981	5,69
	INST.PENSÃO	11.692	12.350	12.980	13.725	2.033	14,81
	TOTAL	107.645	138.990	145.560	148.219	40.574	27,37
	Var.Anual		31.345	6.570	2.659		
	Var. acumulada		31.345	37.915	40.574		
BANCO CENTRAL	ATIVOS	4.458	4.675	4.768	4.624	166	3,59
	APOSENTADOS	3.036	3.089	3.277	3.360	324	9,64
	INST.PENSÃO	273	270	276	301	28	9,30
	TOTAL	7.767	8.034	8.321	8.285	518	6,25
	Var.Anual		267	287	-36		
	Var. acumulada		267	554	518		
MINISTÉRIO PÚBLICO	ATIVOS	5.912	5.859	7.670	8.066	2.154	26,70
	APOSENTADOS	1.142	1.042	1.471	1.481	339	22,89
	INST.PENSÃO	483	490	655	660	177	26,82
	TOTAL	7.537	7.391	9.796	10.207	2.670	26,16
	Var.Anual		-146	2.405	411		
	Var. acumulada		-146	2.259	2.670		
EMPRESAS PÚBLICAS	ATIVOS	28.310	27.379	28.888	19.057	-9.253	-48,55
	APOSENTADOS					0	
	INST.PENSÃO					0	
	TOTAL	28.310	27.379	28.888	19.057	-9.253	-48,55
	Var.Anual		-931	1.509	-9.831		
	Var. acumulada		-931	578	-9.253		
ECONOMIA MISTA	ATIVOS	7.295	7.008	7.086	7.192	-103	-1,43
	APOSENTADOS						
	INST.PENSÃO						
	TOTAL	7.295	7.008	7.086	7.192	-103	-1,43
	Var.Anual		-287	78	106		
	Var. acumulada		-287	-209	-103		

... continuação

MILITARES	ATIVOS	325.968	279.313	321.844	346.014	20.046	5,79
	APOSENTADOS	129.387	129.801	130.394	130.941	1.554	1,19
	INST.PENSÃO	171.044	173.963	177.143	182.120	11.076	6,08
	TOTAL	626.399	583.077	629.381	659.075	32.676	4,96
	Var.Anual		-43.322	46.304	29.694		
	Var. acumulada		-43.322	2.982	32.676		
LEGISLATIVO	ATIVOS	20.037	20.501	22.906	23.369	3.332	14,26
	APOSENTADOS	6.971	6.887	7.256	7.262	291	4,01
	INST.PENSÃO	3.425	3.459	3.585	3.618	193	5,33
	TOTAL	30.433	30.847	33.747	34.249	3.816	11,14
	Var.Anual		414	2.900	502		
	Var. acumulada		414	3.314	3.816		
JUDICIÁRIO	ATIVOS	81.687	81.716	82.057	83.117	1.430	1,72
	APOSENTADOS	15.161	15.458	16.212	16.513	1.352	8,19
	INST.PENSÃO	5.471	5.635	5.563	5.765	294	5,10
	TOTAL	102.319	102.809	103.832	105.395	3.076	2,92
	Var.Anual		490	1.023	1.563		
	Var. acumulada		490	1.513	3.076		
TRANSFERÊNCIAS	ATIVOS	117.482	116.433	115.246	114.535	-2.947	-2,57
	APOSENTADOS	35.587	40.060	40.266	40.407	4.820	11,93
	INST.PENSÃO	23.043	24.315	24.293	26.706	3.663	13,72
	TOTAL	176.112	180.808	179.805	181.648	5.536	3,05
	Var.Anual		4.696	-1.003	1.843		
	Var. acumulada		4.696	3.693	5.536		
TOTAL GERAL	ATIVOS	1.049.766	1.028.515	1.076.515	1.105.112	55.346	5,01
	APOSENTADOS	576.615	578.597	586.133	585.774	9.159	1,56
	INST.PENSÃO	418.925	429.552	439.992	459.936	41.011	8,92
	TOTAL	2.045.306	2.036.664	2.102.640	2.150.822	105.516	4,91
	Var.Anual		-8.642	65.976	48.182		
	Var. acumulada		-8.642	57.334	105.516		

Fonte: Siape/SRH - boletim mensal de pessoal jan 2002 a jan 2005; Siafi/STN e Sidor/MP.

Administração direta – em 2004 houve o ingresso de cerca de 12.000 concursados das áreas de fiscalização tributária (auditores-fiscais e técnicos da Receita Federal), jurídica (advogados da União, procuradores federais e procuradores da Fazenda Nacional), pessoal do ciclo de gestão (analistas de orçamento, finanças e controle) e polícia (polícia federal e polícia rodoviária federal). O aumento líquido de funcionários ativos, no entanto, foi mitigado por efeito das aposentadorias decorrentes, em parte, da idade relativamente avançada do funcionalismo da administração direta.

Autarquias – Houve a transferência dos cerca de 30.000 inativos e pensionistas do DNER para a administração direta em abril e agosto de 2002 dentro do processo de liquidação deste órgão. Por outro lado, houve, ao longo de 2002, 2003 e 2004, o ingresso de concursados no INSS na área previdenciária (auditores-fiscais, médicos e peritos do INSS), assim como do IBAMA, Incra, universidades federais e outras instituições de ensino e pesquisa. Todos esses aumentos decorreram do envio de Projetos de Lei ou Medidas Provisórias para o Congresso.

Destaca-se ainda a incorporação de 10.000 contratados temporários - que em parte figuravam anteriormente como despesas correntes - oriundo de contratos junto a organismos internacionais como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Programa das Nações Unidas para a educação e a Cultura (Unesco), Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), dentre outros. Esse procedimento decorreu da atuação do Ministério Público do Trabalho e do Tribunal de Contas da União

que, em 2001, determinou que a prática de contratar pessoal por meio de acordos de cooperação junto a organismos internacionais se limitasse a consultores especializados e não a pessoal operacional e técnico para atuarem nos diversos órgãos federais. Apesar da determinação ter sido feita em 2001, seus efeitos só ocorreram a partir de 2002, em função de solicitação de prorrogações da eficácia da decisão. Também se verificaram contratações temporárias para: (i) trabalhos censitários no IBGE; (ii) professores nas instituições de ensino e pesquisa, e (iii) médicos residentes dos hospitais universitários e federais.

No balanço, e somando-se a administração direta, as autarquias e as fundações vinculadas ao Poder Executivo federal, houve ingresso por concurso de 7.220 servidores em 2003 e 16.122 servidores em 2004. Além disso, a Funasa realizou correção cadastral ao considerar como servidores ativos aqueles cedidos aos estados e municípios para trabalharem no Sistema Único de Saúde. Esta correção representou o incremento de 28.000 servidores na estatística de quantitativo de pessoal, porém, não afetou o valor financeiro na medida em que esses gastos já eram computados como pessoal e encargos sociais.

Empresas Públicas – com relação às empresas públicas, houve a saída do Serpro do Orçamento Fiscal e da Seguridade em 2004 representando uma diminuição de 8 mil servidores. Este movimento foi registrado como baixa no contingente computado como força de trabalho das empresas públicas registrando-se o mesmo quantitativo como ativos do Poder Executivo, não representando, assim, nem acréscimo, nem decréscimo líquido de servidores na União.

Ministério Público - Reestruturações de carreiras e cargos – a implementação do Plano de Carreiras do MPU foi concluída em 2004. O maior movimento de pessoal ocorreu em 2003 por conta de concurso público realizado e criação de novos cargos comissionados. O efeito líquido, por conta de novos servidores contratados e aposentadorias, foi da ordem de 2,7 mil entre ativos e inativos.

Transferências ao DF e a ex-Territórios – o quadro de quantitativo de servidores pagos pela União em função no Distrito Federal e ex-Territórios do Amapá, Rondônia e Roraima, Guanabara e rede ferroviária no Rio Grande do Sul, reflete primordialmente o gradual ingresso desse pessoal na folha do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (Siape). No caso do Distrito Federal, cuja despesa com pessoal policial, médico e educacional é arcada essencialmente pela União, houve significativas reestruturações de carreiras em 2003 e 2004, além da criação de 5.000 cargos.

Judiciário – Na esteira de reestruturações de carreiras e cargos, a implementação do Plano de Carreiras do Judiciário está prevista para término em 2006. A criação de novas varas e de cargos comissionados deu-se principalmente na Justiça do Trabalho por meio de autorizações sucessivas das Leis de Diretrizes Orçamentárias.

C) Evolução do quantitativo de cargos comissionados

O total de cargos comissionados diminuiu em número próximo a 4,000 desde 2001 (ver anexos), apesar da criação de 1.128 cargos comissionados de Direção e Assessoramento Superior (DAS), além de 24 Cargos de Natureza Especial a partir daquele ano.

Evolução do quantitativo de cargos comissionados da União Brasil, 1997-2004

Cargos, Funções de Confiança e Gratificações	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004		
DAS - Direção de Assessoramento Superior	17.607	17.183	16.306	17.389	17.995	18.374	17.559	19.083	Valor R\$	Equivalência DAS -1
DAS - 1	6.820	6.554	5.681	6.503	6.665	6.733	6.551	6.761	1.232,20	1,000
DAS - 2	5.943	5.678	5.313	5.442	5.615	5.703	4.658	5.213	1.403,90	1,139
DAS - 3	2.472	2.490	2.690	2.826	2.828	2.954	3.055	3.420	1.575,60	1,279
DAS - 4	1.682	1.716	1.810	1.866	2.073	2.158	2.341	2.651	4.898,50	3,975
DAS - 5	558	607	666	606	662	672	772	852	6.363,00	5,164
DAS - 6	132	138	146	146	152	154	182	186	7.575,00	6,148
DAS equivalente	27.132	27.012	26.706	27.762	29.273	30.004	30.176	33.155		
NES - Cargo de Natureza Especial	51	53	60	37	39	76	50	53	8.362,80	6,787
Cargos equivalentes	27.478	27.372	27.113	28.013	29.537	30.520	30.516	33.515		

A ocupação de cargos DAS a partir de final de 2002 limitou-se a 700 (aumento de 3,8%), mas, considerando-se a existência naquele momento de um certo número de DAS provisórios, criados para facilitar a transição de Governo, a base de 2001 parece mais adequada para a avaliação de tendências de médio prazo. Neste caso, houve um aumento de 6% na quantidade de cargos DAS nos últimos 4 anos, a maioria no nível de DAS-3 e DAS-4. Em termos de DAS equivalentes, o aumento foi um pouco mais significativo (10%), até porque a partir de 2004, o valor correspondente à parcela da opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo para os DAS-4 e superiores, por parte de servidores de carreira, aumentou de forma discreta em relação aos DAS-3 e mais baixos.

Houve também uma certa mudança na ocupação dos DAS, com aumento da proporção de ocupantes não vinculados a carreiras do setor público federal.

Descrição	Dez/02	% s/total	Dez/04	% s/ total
1 – DAS com vinculação	12.164	66,2	11.761	61,6
2 – DAS sem vinculação	6.210	33,8	7.322	38,4
Total	18.374	100,0	19.083	100,0

Obs: por meio da MP nº 163/2004 (Lei nº 10.869/2004) foram criados 1.332 funções DAS e Natureza Especial e 1.475 funções FG

Quando se considera o universo dos cargos comissionados, no entanto, houve uma diminuição de aproximadamente 3.500 posições entre 2001 e 2004, por força principalmente da diminuição dos cargos comissionados das ditas FGR - Função Gratificada - Lei 8.216/91 e de Funções Técnicas nas instituições federais de ensino, em parte substituídos por pessoal concursado (ver anexos).

D) Variação incremental das despesas com pessoal e encargos por grupo 2002-2004

A consolidação do efeito das mudanças de quantitativo com as reestruturações de carreira permite obter-se um quadro geral dos efeitos incrementais nas despesas com pessoal e encargos. Destacam-se as seguintes observações por grupo:

1. Legislativo

- Reestruturação de carreiras e cargos – além da reestruturação de carreiras dos servidores dos órgãos do Legislativo, houve aumento da cota de assessores na Câmara e no Senado.

- Despesas variáveis – neste item estão computadas as substituições, horas-extras e convocações extraordinárias.

Variação incremental das despesas com pessoal e encargos por grupo Brasil, 2002-2004

INICIAL 2002: Despesa: 75.029,0		R\$ milhões				
Qtde. 2.036.664						
	2003		2004		LOA 2005	
	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.	Despesa	Qtde.
I – TOTAL	78.974,7	2.102.640	89.431,5	2.150.822	98.109,5	2.200.749
II - CRESCIMENTO	3.945,7		10.456,8		8.678,0	
1. Legislativo	567,6	33.747	498,8	34.249	498,7	35.032
1.1. Reestruturação de Carreiras e cargos	460,0		251,5		578,5	
1.1.1. Acréscimo de concessões anteriores	287,0		43,5		258,9	
1.1.2. Concessões no exercício	173,0		208,0		319,6	
1.2. Obrigações Patronais	-1,2		124,1		57,8	
1.3. Concursos	26,6		37,9		91,7	
1.4. Despesas Variáveis	106,5		-11,1		10,0	
1.5. Revisão Geral e Vantagem Pecuniária	65,6		7,3			
1.6. Passivos	-90,5		85,1		-235,5	
1.7. Outros	0,6		4,0		-3,8	
2. Judiciário e MPU	811,1	113.628	1.968,6	115.602	1.452,3	136.827
2.1. Reestruturação de Carreiras e Cargos	666,7		981,5		1.466,9	
2.1.1. Acréscimo de concessões anteriores	22,6		14,2		67,9	
2.1.2. Concessões no exercício	644,1		967,3		1.399,0	
2.2. Obrigações Patronais	-18,3		443,3		488,7	
2.3. Concursos	72,2		228,5		424,1	
2.4. Revisão Geral e Vantagem Pecuniária	213,7		26,4			
2.5. Eleições	-82,9		98,5		-68,5	
2.6. Demais Passivos	9,1		-127,0		-1.122,3	
2.7. Precatórios e Sentenças	25,7		324,9		341,8	
2.8. Outros	-75,1		-7,5		-78,4	
3. Executivo	2.260,7	1.775.460	7.330,9	1.819.323	6.531,2	1.847.242
3.1. Reestruturação de Carreiras Cívicas	704,8		3.884,0		3.491,5	
3.1.1. Acréscimo de concessões anteriores	588,9		573,7		2.525,1	
3.1.2. Concessões no exercício	115,9		3.310,3		966,4	
3.2. Reestruturação de Carreiras Militares			737,2		1.181,8	
3.3. Obrigações Patronais	81,5		1.287,0		590,6	
3.4. Concursos	569,4		1.000,4		1.170,0	
3.5. Alocação de Cargos e Funções Comissionadas	15,2		52,2		35,0	
3.6. Revisão Geral e Vantagem Pecuniária	878,7		251,4		72,3	
3.7. Parcelas do Passivo 28,86%	50,4		72,2		104,3	
3.8. Parcelas do Passivo 3,17%	214,5		-19,3		21,3	
3.9. Demais Passivos	-741,2		-153,6		-332,7	
3.10. Anistiados Políticos	32,4		118,7		93,8	
3.11. Empresas Estatais	382,5		-286,8		4,2	
3.12. Precatórios e Sentenças	15,3		314,9		23,7	
3.13. Outros	57,2		72,6		75,4	
4. Transferências	306,3	179.805	658,5	181.648	195,8	181.648
4.1. Fazenda - Ex-Territórios e Guanabara	42,8		124,3		-123,8	
4.2. Fundo Constitucional do DF	263,5		534,2		319,6	

2. Judiciário e MPU

- Reestruturação de carreiras e cargos – a implementação do Plano de Carreiras do MPU foi concluída em 2004, enquanto a do Judiciário está prevista para término em 2006.
- Passivos – despesas de sentenças pagas à conta do Poder, que soma nos exercícios de 2002, 2003 e 2004 R\$ 1,2 bilhão, incluindo principalmente os passivos da URV e dos Magistrados.

3. Executivo

- Reestruturação de carreiras civis - em 2003, foram reestruturados 8 cargos/carreiras, totalizando um acréscimo de despesa de R\$ 704,8 milhões, distribuídos por 278.154 servidores do Poder Executivo civil federal. Em 2004, foram reestruturados 56 cargos/carreiras, totalizando um acréscimo de R\$ 3.884,0 milhões, abrangendo 1.111.857 servidores civis do Poder Executivo federal. Para 2005, foram reestruturados 8 cargos/carreiras, abrangendo 225.397 servidores civis do poder executivo federal, totalizando um acréscimo de R\$ 3.491,5 milhões. Estas reestruturações explicam a maior parte do aumento nominal da folha de pagamento dos funcionários.
- Aumento para a carreira militar em 2004 – abarcou 653.349 militares das forças armadas em um total de 10% sobre a remuneração. Como o aumento foi dado em outubro de 2004, há reflexo em 2005 sobre os valores previstos, totalizando um incremento da ordem de aproximadamente R\$ 2 bilhões.
- Obrigações patronais – destaca-se a alteração da alíquota de contribuição patronal para o custeio do regime de previdência do servidor público federal ocorrida em 2004.
- Concursos públicos - em 2003 houve um aumento de despesas de R\$ 569,4 milhões, sendo 71% decorrentes de concursos autorizados em 2002 e 29% pelo impacto das autorizações de 2003, destacando-se os concursos do Banco Central do Brasil, da Receita Federal e da Presidência da República (Advogado da União e Procurador Federal).
- Em 2004, 75% do impacto total de R\$ 1.000,4 milhões decorreram das autorizações de 2003, notadamente professores de 3º grau e técnicos administrativos para as Instituições Federais de Ensino Superior, professores de 1º e 2º graus para as Instituições Federais de Ensino, técnicos administrativos para os Hospitais Universitários, agentes e delegados da Polícia Federal, fiscais da previdência, advogados da União e procuradores federais e da Fazenda Nacional.
- Para o ano de 2005, além dos R\$ 1.170,0 milhões previstos no projeto de lei orçamentária anual, espera-se incremento de R\$ 450,1 milhões em despesas de pessoal, referentes à diferença de impacto dos concursos autorizados em 2004.
- Revisão geral e vantagem pecuniária – os valores lançados em 2004 referem-se ao acréscimo decorrente da anualização dos valores relativos à Vantagem Pecuniária Individual de R\$ 59,87, que em 2003 foi devida apenas no período de maio a dezembro.

- Demais passivos – o decréscimo se deve em parte à não repetição em 2003 de pagamentos ocorridos em 2002 por conta de um ajuste temporal do pagamento das forças armadas de competência 2001.
- Empresas estatais – este item retrata a incorporação, ocorrida em 2002, das despesas do Grupo Hospitalar Conceição ao grupo de despesas Pessoal e Encargos Sociais; além disso, o deslocamento do Serpro para o Orçamento de Investimentos, ocorrido em 2004.

4. Transferências

- Executivo/Fazenda – computa as variações ocorridas nos gastos com servidores civis e militares dos extintos Territórios do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, com as despesas, a cargo do Governo Federal, de inativos e pensionistas do Mato Grosso, e com ferroviários da extinta via férrea do Estado do Rio Grande do Sul.

ANEXOS

ANEXO 1 – TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS – 1997-2004

Cargos, Funções de Confiança e Gratificações	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
CA - Cargo Comissionado de Assessoria				132	122	188	212	230
CAS - Cargo Comissionado de Assistência				34	41	122	145	168
CCD - Cargo Comissionado de Direção				25	30	42	39	35
CCT - Cargo Comissionado Técnico				414	605	857	854	884
CD - Cargo de Direção - IFES	2.964	3.048	3.063	3.040	3.038	3.087	3.128	3.207
CGE - Cargo Comissionado de Gerência Executiva				194	316	465	517	559
DAS - Direção de Assessoramento Superior	17.607	17.183	16.306	17.389	17.995	18.374	17.559	19.083
DAS – 1	6.820	6.554	5.681	6.503	6.665	6.733	6.551	6.761
DAS – 2	5.943	5.678	5.313	5.442	5.615	5.703	4.658	5.213
DAS – 3	2.472	2.490	2.690	2.826	2.828	2.954	3.055	3.420
DAS – 4	1.682	1.716	1.810	1.866	2.073	2.158	2.341	2.651
DAS – 5	558	607	666	606	662	672	772	852
DAS – 6	132	138	146	146	152	154	182	186
FCT - Função Comissionada Técnica				755	6.522	4.838	6.148	4.432
FG - Função Gratificada - IFES	18.016	17.527	17.586	17.470	17.445	17.568	17.601	17.913
FGR - Função Gratificada - Lei 8.216/91	26.147	25.596	16.899	18.905	19.278	18.916	17.264	17.162
GR - gratificação de Representação	888	878	759	706	654	603	544	496
GSE - Grat.Serv.Ext./Censo-96-Temporário	154	118	139	2.207	391	397	237	390
GT - Gratificação Técnica	1.419	1.558	1.674	1.598	1.821	485	531	510
NES - Cargo de Natureza Especial	51	53	60	37	39	76	50	53
RGA - ABIN (grat.Repres.Gab.-Apoio (PR/VPR)						5	5	3
RGA - AGU (grat.repres.gab.apoio (PR/VPR)	66	77	87	87	79	14	29	35
RGA - PR (grat.repres.Gab. (PR/VPR)	1.202	1.158	1.030	937	1.048	908	958	868
RGA - VPR (grat.repres.Gab. (PR/VPR)	50	53	50	52	49	44	39	30
RGM - Grat.Repres.de Gabinete (MIN)	1.051	915	887	877	780	740	615	542
RMA - EMFA (grat.represent.gab.apoio Militar (PR/VPR)	253	274	305	320	300	313	310	317
RMA - PR (grat.repres.gab.apoio militar (PR/VPR)	513	555	533	517	523	551	646	705
RMA - VPR (grat.repres.gab. E apoio militar (PR/VPR)	27	27	29	33	34	35	36	43
RMM -MAER (grat.repres.gabinete militar/EMFA)	6	8	9	6	5	6	1	0
RMP - EMFA (grat.repres.Gabinete Militar)	171	180	197	199	193	189	180	199
RMP - PR (grat.repres.Gabinete Militar)	112	126	94	97	92	99	118	116
RMP - VPR (grat.repres.Gabinete Militar)	8	7	8	9	9	9	8	9
Total Geral	70.705	69.341	59.715	66.040	71.409	68.931	67.774	67.989

ANEXO 2 – QUANTIDADE PESSOAL POR CARREIRA – 2002 – 2004

Cargo/Carreira	2002 Jan	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	Varição Jan-02 Dez-04	Varição % Jan- 02 Dez- 04
Gestão	7.870	8.048	8.220	8.529	659	7,73
Analista de Comércio Exterior - NS	139	131	214	217	78	35,94
Analista de Planejamento e Orçamento - NS	574	620	600	673	99	14,71
Analista de Finanças e Controle - NS	2.568	2.685	2.765	2.951	383	12,98
Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - NS	464	528	517	609	145	23,81
Técnico de Planejamento - NS	144	191	279	324	180	55,56
Técnico de Planejamento e Pesquisa - NS	496	492	488	497	1	0,20
Técnico de Planejamento e Orçamento - NI	294	295	296	293	-1	-0,34
Técnico de Finanças e Controle - NI	2.577	2.492	2.449	2.360	-217	-9,19
Cargos de Nível Superior IPEA	167	168	167	166	-1	-0,60
Cargos de Nível Intermediário IPEA	447	446	445	439	-8	-1,82
Auditoria	51.732	51.490	51.576	52.361	629	1,20
Auditor-Fiscal da Receita Federal - NS	19.641	19.618	19.534	19.774	133	0,67
Técnico da Receita Federal - NS	13.687	13.565	13.368	13.528	-159	-1,18
Auditor-Fiscal da Previdência Social - NS	12.191	12.124	12.530	12.812	621	4,85
Auditor-Fiscal do Trabalho - NS	6.213	6.183	6.144	6.247	34	0,54
Diplomacia	3.549	3.634	3.649	2.583	-966	-37,40
3º Secretário a Ministro 1ª Classe - NS	1.516	1.526	1.559	1.155	-361	-31,26
Oficial de Chancelaria - NS	1.085	1.119	1.110	764	-321	-42,02
Assistente de Chancelaria - NI	948	989	980	664	-284	-42,77
Jurídica	11.055	11.543	8.991	12.481	1.426	11,43
Procurador Federal - NS	6.992	7.768	5.278	8.434	1.442	17,10
Procurador da Fazenda Nacional - NS	1.136	1.110	1.323	1.309	173	13,22
Advogado da União - lotado na AGU - NS	728	701	852	1.278	550	43,04
Advogado/Assist. e Procurador de Autarquia e Fundação - NS	2.054	1.818	1.401	1.326	-728	-54,90
Defensor Público - NS	145	146	137	134	-11	-8,21
Quadro de Pessoal da AGU	0	0	1.272	1.270	1.270	
Nível Superior	0	0	146	144	144	
Nível Intermediário	0	0	1.093	1.093	1.093	
Nível Auxiliar	0	0	33	33	33	
Polícia Federal	13.458	13.815	14.987	15.239	1.781	11,69
Delegado - NS	1.657	1.862	2.095	2.234	577	25,83
Censor - NS	13	9	7	3	-10	-333,33
Perito - NS	484	580	645	722	238	32,96
Escrivão - NI	1.247	1.252	1.578	1.684	437	25,95
Agente - NI	9.687	9.737	10.293	10.227	540	5,28
Papiloscopista	370	375	369	369	-1	-0,27
Plano Especial do Departamento da Polícia Federal	0	0	2.942	4.868	4.868	
Nível Superior	0	0	226	398	398	
Nível Intermediário	0	0	2.686	4.429	4.429	
Nível Auxiliar	0	0	30	41	41	
Plano Especial do Departamento Nacional de Produção Mineral	0	0	0	999	999	
Nível Superior	0	0	0	303	303	
Nível Intermediário	0	0	0	83	83	
Nível Superior	0	0	0	75	75	
Nível Intermediário	0	0	0	505	505	
Nível Auxiliar	0	0	0	33	33	
Pesquisa em Ciência e Tecnologia	38.374	40.051	40.059	39.969	1.595	3,99
Analista - NS	3.356	3.816	3.867	3.896	540	13,86
Tecnologista - NS	6.216	7.102	7.181	7.074	858	12,13
Pesquisador - NS	2.812	3.030	3.020	3.030	218	7,19
Assistente - NI	11.873	11.812	11.733	11.638	-235	-2,02
Técnico - NI	13.071	13.267	13.237	13.322	251	1,88
Auxiliar Técnico - NA	85	81	82	81	-4	-4,94

Auxiliar - NA	961	943	939	928	-33	-3,56
Tecnologia Militar	315	323	322	320	5	1,56
Engenheiro - NS	315	323	322	320	5	1,56
Reforma Agrária	985	983	981	10.254	9.269	90,39
Engenheiro Agrônomo - NS	753	751	750	843	90	10,68
Cargos de Nível Superior - NS	232	232	231	1.788	1.556	87,02
Cargos de Nível Intermediário - NI	0	0	0	7.535	7.535	
Cargos de Nível Auxiliar - NA	0	0	0	88	88	
Fiscalização	4.297	4.949	11.276	12.147	7.850	64,63
Médico do Trabalho - 40 horas - MT E - NS	11	1	5	5	-6	-120,00
Fiscal Federal Agropecuário - NS	4.286	4.948	5.069	5.569	1.283	23,04
Agente de Atividades Agropecuárias - NI	0	0	4.393	4.765	4.765	
Agente de Inspeção Sanitária - NI	0	0	1.809	1.808	1.808	
Docente	113.568	115.747	117.862	119.221	5.653	4,74
Professor de 3º Grau - auxiliar e titular - NS	79.246	73.057	73.451	74.256	-4.990	-6,72
Professor de 1º e 2º Graus (A a E) - NI	34.322	32.248	32.601	32.834	-1.488	-4,53
Contratos Temporários: Professor 3º Grau - NS	0	8.198	9.562	9.808	9.808	
Contratos Temporários: Professor 1º e 2º Graus - NI	0	2.244	2.248	2.323	2.323	
CVM - Comissão de Valores Mobiliários	454	379	377	442	-12	-2,71
Analista - NS	161	158	157	157	-4	-2,55
Inspetor - NS	89	89	87	87	-2	-2,30
Agente Executivo - NI	204	132	133	133	-71	-53,38
Auxiliar de Serviços Gerais - NI	0	0	0	65	65	
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	573	507	499	580	7	1,21
Analista Técnico - NS	263	289	284	281	18	6,41
Analista Executivo - NI	310	218	215	299	-11	-3,68
PCC - Plano de Classificação e Cargo	667.483	405.563	375.307	327.126	-340.357	-104,04
Cargos de Nível Superior - NS	115.584	47.514	44.215	34.020	-81.564	-239,75
Cargos de Nível Intermediário - NI	504.398	312.769	286.464	250.029	-254.369	-101,74
Cargos de Nível Auxiliar - NA	47.501	45.280	44.628	43.077	-4.424	-10,27
Técnico Administrativos e Técnico-Marítimos das IFES	141.592	144.438	147.600	152.930	11.338	7,41
Cargos de Nível Superior - NS	30.250	31.349	32.388	34.649	4.399	12,70
Cargos de Nível Intermediário - NI	88.958	90.861	93.109	96.391	7.433	7,71
Cargos de Nível Auxiliar - NA	22.384	22.228	22.103	21.890	-494	-2,26
DACTA - Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	259	259	258	257	-2	-0,78
Cargos de Nível Superior - NS	25	25	26	26	1	3,85
Cargos de Nível Intermediário - NI	234	234	232	231	-3	-1,30
Polícia Civil do Ex-Território	2.806	2.791	2.767	2.746	-60	-2,18
Cargos de Nível Superior - NS	135	135	134	134	-1	-0,75
Cargos de Nível Intermediário - NI	2.671	2.656	2.633	2.612	-59	-2,26
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	11.955	11.933	12.446	13.861	1.906	13,75
Policial Rodoviário Federal - NI	11.955	11.933	12.446	12.952	997	7,70
Cargos de Nível Superior - NS	0	0	0	103	103	
Cargos de Nível Intermediário - NI	0	0	0	794	794	
Cargos de Nível Auxiliar - NA	0	0	0	12	12	
Meio Ambiente	0	5.549	5.843	5.770	5.770	
Analista Ambiental - NS	0	1.629	1.921	1.870	1.870	
Analista Administrativo - NS	0	430	431	424	424	
Gestor Ambiental - NS	0	8	10	10	10	
Gestor Administrativo - NS	0	12	15	15	15	
Técnico Administrativo - NI	0	2.396	2.393	2.381	2.381	
Técnico Ambiental - NI	0	933	932	930	930	
Auxiliar Administrativo - NA	0	141	141	140	140	
Previdenciária	0	67.307	70.734	4.687	4.687	
Nível Superior	0	13.155	13.125	908	908	
Nível Intermediário	0	53.915	57.375	3.761	3.761	
Nível Auxiliar	0	237	234	18	18	
Perito Médico da Previdência Social - NS	0	0	0	4.451	4.451	
Supervisor Médico Pericial - NS	178	176	175	170	-8	-4,71
Seguridade Social e Trabalho	0	182.662	196.190	220.778	220.778	

Nível Superior	0	53.215	54.633	60.482	60.482	
Nível Intermediário	0	127.972	140.146	158.371	158.371	
Nível Auxiliar	0	1.475	1.411	1.925	1.925	
Seguro Social	0	0	0	66.036	66.036	
Nível Superior	0	0	0	9.738	9.738	
Nível Intermediário	0	0	0	56.084	56.084	
Nível Auxiliar	0	0	0	214	214	
Agência Nacional de Águas	0	0	0	96	96	
Especialista em Geoprocessamento	0	0	0	10	10	
Especialista em Recursos Hídricos	0	0	0	86	86	
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	0	0	0	1.118	1.118	
Nível Superior	0	0	0	389	389	
Nível Intermediário	0	0	0	724	724	
Nível Auxiliar	0	0	0	5	5	
HFA - Hospital das Forças Armadas	0	0	352	353	353	
Nível Superior	0	0	108	108	108	
Nível Intermediário	0	0	244	245	245	
Looyd	0	0	9	9	9	
Nível Superior	0	0	6	6	6	
Nível Intermediário	0	0	3	3	3	
Outros	26.388	26.988	34.632	41.482	15.094	36,39
NES - Natureza Especial	0	0	73	71	71	
Sem Cargo	18.061	18.441	25.691	33.572	15.511	46,20
Médico Residente	4.415	4.583	4.977	4.587	172	3,75
Contrato Lei nº 8.745/93	1.886	1.937	1.914	1.565	-321	-20,51
Agregado	1.655	1.609	1.462	1.135	-520	-45,81
Pensionistas de outros Poderes absorvidos pelo MF	371	418	515	552	181	32,79
TOTAL	1.096.891	1.099.135	1.109.326	1.123.133	26.242	2,34
Militares	626.399	583.077	629.381	659.075	32.676	4,96
Outros (cedidos pela FUNASA ao SUS)	-2.152	24.563	28.432	28.830	30.982	107,46
Banco Central	7.767	8.034	8.321	8.285	518	6,25
Ministério Público	7.537	7.391	9.796	10.207	2.670	26,16
Legislativo	30.433	30.847	33.747	34.249	3.816	11,14
Judiciário	102.319	102.809	103.832	105.395	3.076	2,92
Transferências	176.112	180.808	179.805	181.648	5.536	3,05
Total Geral	2.045.306	2.036.664	2.102.640	2.150.822	105.516	4,91

ANEXO 3 - CARGOS DE CARREIRA

Cargo/Carreira	2002 Jan	2002 Dez	2003 Dez	2004 Dez	Varição Jan-02 Dez-04	Varição % Jan-02 Dez-04
Gestão	7.870	8.048	8.220	8.529	659	7,73
Auditoria	51.732	51.490	51.576	52.361	629	1,20
Diplomacia	3.549	3.634	3.649	2.583	-966	-37,40
Jurídica	11.055	11.543	8.991	12.481	1.426	11,43
Quadro de Pessoal da AGU	0	0	1.272	1.270	1.270	
Polícia Federal	13.458	13.815	14.987	15.239	1.781	11,69
Pesquisa em Ciência e Tecnologia	38.374	40.051	40.059	39.969	1.595	3,99
Tecnologia Militar	315	323	322	320	5	1,56
Fiscalização	4.297	4.949	11.276	12.147	7.850	64,63
Docente	113.568	115.747	117.862	119.221	5.653	4,74
CVM - Comissão de Valores Mobiliários	454	379	377	442	-12	-2,71
SUSEP - Superintendência de Seguros Privados	573	507	499	580	7	1,21
PCC - Plano de Classificação e Cargo (1)	667.483	405.563	375.307	327.126	-340.357	-104,04
Reforma Agrária (1)	985	983	981	10.254	9.269	90,39
Plano Especial do Departamento da Polícia Federal (1)	0	0	2.942	4.868	4.868	
Plano Especial do Departamento Nacional de Produção Mineral (1)	0	0	0	999	999	
Meio Ambiente (1)	0	5.549	5.843	5.770	5.770	
Previdenciária (1) (2)	0	67.307	70.734	4.687	4.687	
Perito Médico da Previdência Social - NS (1)	0	0	0	4.451	4.451	
Seguridade Social e Trabalho (1)	0	182.662	196.190	220.778	220.778	
Seguro Social (1) (2)	0	0	0	66.036	66.036	
Técnico Administrativos e Técnico-Marítimos das IFES	141.592	144.438	147.600	152.930	11.338	7,41
DACTA - Grupo de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo	259	259	258	257	-2	-0,78
Polícia Civil do Ex-Território	2.806	2.791	2.767	2.746	-60	-2,18
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	11.955	11.933	12.446	13.861	1.906	13,75
Supervisor Médico Pericial - NS	178	176	175	170	-8	-4,71
Agência Nacional de Águas	0	0	0	96	96	
ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária	0	0	0	1.118	1.118	
HFA - Hospital das Forças Armadas	0	0	352	353	353	
Looyd	0	0	9	9	9	
Outros	26.388	26.988	34.632	41.482	15.094	36,39
NES - Natureza Especial	0	0	73	71	71	
Sem Cargo (4)	18.061	18.441	25.691	33.572	15.511	46,20
Médico Residente	4.415	4.583	4.977	4.587	172	3,75
Contrato Lei nº 8.745/93	1.886	1.937	1.914	1.565	-321	-20,51
Agregado	1.655	1.609	1.462	1.135	-520	-45,81
Pensionistas de outros Poderes absorvidos pelo MF	371	418	515	552	181	32,79
Sub-total 1	1.096.891	1.099.135	1.109.326	1.123.133	26.242	2,34
Militares	626.399	583.077	629.381	659.075	32.676	4,96
Outros (cedidos pela FUNASA ao SUS) (3)	-2.152	24.563	28.432	28.830	30.982	107,46
Banco Central	7.767	8.034	8.321	8.285	518	6,25
Ministério Público	7.537	7.391	9.796	10.207	2.670	26,16
Legislativo	30.433	30.847	33.747	34.249	3.816	11,14
Judiciário	102.319	102.809	103.832	105.395	3.076	2,92
Transferências	176.112	180.808	179.805	181.648	5.536	3,05
Total Geral	2.045.306	2.036.664	2.102.640	2.150.822	105.516	4,91

Obs: (1) carreira de PCC foi desmembrada nas carreiras de previdência e seguro social

(2) carreira previdenciária foi desmembrada em seguro social e previdenciária

(3) pessoal da Funasa cedido ao SUS não computado anteriormente como força de trabalho do Executivo

(4) ocupantes de DAS sem cargo e outras funções, agente mata-mosquito da Funasa, ex-consultores organismo internacional, exercício descentralizado provisório e requisitados de outros órgãos

ANEXO 4 - Distribuição de servidores sem cargo

Com relação aos servidores Sem Cargo a evolução de dezembro de 2002 a dezembro de 2004 foi de 15.131 pessoas assim distribuídas:

Descrição	dez/02	dez/04	diferença	Var % dez/02 a dez/04
Servidores sem cargo - Total Geral	18.441	33.572	15.131	82,1
1. Com Função	13.618	16.716	3.098	22,7
1.1 DAS sem cargo	6.210	7.322	1.112	17,9
1.2 Outras Funções sem cargo	7.408	9.394	1.986	26,8
2. Sem Função	4.823	16.856	12.033	249,5
2.1 Mata Mosquito FUNASA - sem cargo		5.306	5.306	...
2.2 Consultores Organismos Internacionais e Aqências Reguladoras	3.330	6.512	3.182	95,6
2.3 Exercício Descentralizado e Provisório	620	3.603	2.983	481,1
2.4 Requisitados de Outros Órgãos	873	1.435	562	64,4

Obs: 1.1 e 1.2 servidor ocupante cargos comissionado sem vínculo com administração pública federal

2.1 - contrato temporário FUNASA para combate endemias (mata mosquito)

2.2 contrato temporário atividades técnicas especializadas (processo seleção simplificado) Lei 10667/2003

2.3 - exercício descentralizado - cargo especialista em políticas públicas, procuradores federais distribuídos pela AGU
provisório - quando deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro tenha sido transferido

2.4 - servidor ocupante de cargo efetivo lotado em órgão diferente de sua origem